



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)

Data da reunião: 30/04/2025
Presidente: Senador Zequinha Marinho

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PL 1740/2024</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, para incumbir a ANTT de regulamentar o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais.</p> <p>Autoria: Senador Dr. Hiran</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Jayme Campos	Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta e pela rejeição das Emendas 1-T a 3-T.	<p>O PL visa a incumbir a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de regulamentar o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais. Para tal, prevê que: a) os padrões e as normas técnicas complementares relativos às operações de transporte terrestre de cargas especiais e perigosas a serem estabelecidos pela ANTT não se aplicam nos casos das cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais; e, b) o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais fica limitado, até que a ANTT regulamente a matéria, a cinco vezes a quantidade que caracteriza o transporte de produtos perigosos em quantidades limitadas estabelecida em regulamento.</p> <p>Foram propostas três emendas. A primeira sugere que a regulamentação deva ser discutida previamente com entidades nacionais de representação da agricultura familiar, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e dos empregadores rurais, sob pena de nulidade. A segunda estabelece que a regulamentação seja ato conjunto da ANTT e do Ministério da Agricultura e Pecuária. A terceira prevê que a minuta do ato de regulamentação deva ser submetida à análise de impacto regulatório, além de observar uma série de requisitos, como a submissão à consulta pública, com participação aberta a todo cidadão e organização da sociedade civil.</p> <p>O relator vota pela aprovação do projeto, pela rejeição das emendas e propõe emendas para: a) explicitar que os padrões e as normas técnicas complementares relativos às operações de transporte terrestre de cargas especiais e perigosas a serem estabelecidos pela ANTT não se aplicam nos casos de transporte próprio das cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais; b) estabelecer que o transporte próprio de cargas perigosas destinadas à manutenção de atividades rurais deve ser regulamentado em ato próprio pela ANTT; e, c) definir que todas as condições para o transporte de cargas</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
				perigosas por meios próprios, inclusive o limite sugerido pelo PL, seja matéria de regulamento específico. - Votação simbólica. - CI (T)
2	PL 3684/2024 Ementa: Institui o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares. Autoria: Senador Mecias de Jesus [tramitação] Não Terminativo	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação do Projeto.	<p>O PL, ao instituir o Programa Nacional de Cooperativas de Crédito e Seguros para Agricultores Familiares, estabelece que: a) ele deverá ser gerido em parceria com cooperativas de crédito regionais e cooperativas de produção agrícola, visando a oferecer linhas de crédito específicas para pequenos agricultores, a fim de financiar insumos, maquinário e desenvolvimento da produção; b) os agricultores familiares cadastrados no Programa farão jus a linhas de crédito especiais, a seguros agrícolas com cobertura em casos de perda de safra por eventos extraordinários, e a consultoria técnica agrícola, oferecida por meio das cooperativas e em parceria com instituições de pesquisa, para auxiliar na adoção de práticas agrícolas mais produtivas e sustentáveis; c) o agricultor familiar interessado no Programa deverá comprovar que sua propriedade não excede o limite de quatro módulos fiscais e que a atividade agrícola é realizada em regime de economia familiar; d) os créditos concedidos no âmbito do Programa deverão obedecer a determinadas condições, que prevê; e) a regulamentação das condições complementares de concessão de crédito ficará a cargo do Conselho Monetário Nacional (CMN), em conjunto com cooperativas de crédito; f) a União poderá firmar convênios com estados e municípios para financiar e incentivar a criação de novas cooperativas de crédito agrícola em regiões com menor oferta de serviços bancários e financeiros; g) a execução do Programa poderá ser realizada por meio de contratos, convênios, acordos de cooperação, termos de execução descentralizada, instrumentos de transferência fundo a fundo, ajustes ou outros instrumentos congêneres a serem firmados com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios e seus respectivos órgãos e entidades, na forma estabelecida na legislação pertinente; e, h) eventuais despesas do Programa serão de natureza discricionária e ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.</p> <p>- Votação simbólica. - CAE (T)</p>
3	PL 4798/2024 Ementa: Confere ao município de Tauá, no estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Manta de Carneiro. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Terminativo	Senadora Jussara Lima	Pela aprovação do Projeto.	<p>O PL visa a conceder o título de Capital Nacional da Manta de Carneiro ao Município de Tauá, no Estado do Ceará.</p> <p>- Votação nominal.</p>

Item	PL 4798/2024 Identificação da matéria
4	REQ 11/2025 - CRA Ementa: Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária avalie a Política Nacional da Reforma Agrária (PNRA). Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)
5	REQ 15/2025 - CRA Ementa: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o impacto das mudanças promovidas no PROAGRO pelo Conselho Monetário Nacional para o ano safra 2024/2025, bem como encontrar alternativas especialmente para os agricultores familiares. Com os oradores convidados que indica. Autoria: Senador Beto Faro
6	REQ 16/2025 - CRA Ementa: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos jurídicos, econômicos, institucionais e sociais da chamada “Moratória da Soja”, onde a referida prática tem gerado graves distorções à ordem econômica, ao cumprimento da função social da terra, ao direito constitucional à livre iniciativa e ao desenvolvimento regional. Com os oradores convidados que indica. Autoria: Senador Marcos Rogério

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.